

TICs a Serviço da Pedagogia do Diálogo e da Prática da Liberdade na Educação

Cândido Grzybowski¹

¹ Diretor do Ibase. 2º andar - R. Sen. Dantas, 40 - Centro, Rio de Janeiro - RJ - Brasil. candido@ibase.br

Resumo

A globalização controla o mundo inteiro e nos torna, todos os povos e todos os habitantes, interdependentes em termos planetários. Qualquer reflexão sobre educação e TICs não pode estar desvinculada de cidadania – de princípios éticos da democracia tais como liberdade, igualdade, diversidade, solidariedade e participação cidadã – e nem dos desafios maiores que a humanidade deve enfrentar na busca de organização da economia/mercado e do poder/Estado para a sustentabilidade da vida e do planeta. As TICs, como qualquer tecnologia e invenção, são um campo de disputa social. Democratizá-las é um imperativo ético e, por isto, o acesso a elas, o mais amplo e includente possível combatendo a exclusão digital ainda imperante entre nós, pode ser um meio de democratizar a sociedade que temos. Mas há um grande potencial nas novas TICs para a sustentabilidade da vida e do planeta, também importante para as escolas. Este é o horizonte das TICs na educação: serem ferramentas libertadoras, participativas e sustentáveis.

Palavras-chave: TICs; Cidadania; Igualdade; Liberdade.

TICs at the Service of the Pedagogy of Dialogue and the Practice of Freedom in Education

Abstract

Globalization controls the world and makes us, all people and all inhabitants, interdependent in planetary terms. Any reflection on education and ICT cannot be separated from citizenship - ethical principles of democracy such as freedom, equality, diversity, solidarity and citizen participation - nor from the greatest challenges that humanity must face in the search for organization of the economy / market and power / state for the sustainability of life and the planet. ICT, like any technology and invention, are a social dispute field. Democratize them is an ethical imperative, therefore, the widest and most inclusive access to them, fighting the digital exclusion that is still prevailing among us, it can be a mean of democratizing the society we have. But there is a big potential in new ICT for the sustainability of life and the planet, also important for schools. This is the horizon of ICT in education: to be liberating, participatory and sustainable tools.

Keywords: ICT; Citizenship; Equality; Freedom.

1. Introdução

A globalização, como estratégia de acumulação das grandes corporações econômicas e financeiras, controla o mundo inteiro e nos torna, todos os povos e todos os habitantes, interdependentes em termos planetários. Continuamos a viver localizados e territorializados, com endereço bem definido e inseridos em relações, estruturas e processos, que continuam a ser sentidos como únicos, o que nos dá o sentido de viver. Porém, estamos interligados e dependentes de poderosas forças que procuram moldar o mundo aos seus interesses, estando nós conscientes ou não de tal domínio. O seu poder não se limita à economia mundial. Ele se infiltra e se imiscui nas estruturas de poder político e militar do mundo, mas sobretudo penetra e molda os estilos de consumo e vida, os desejos e os sonhos, a comunicação e a cultura. Enfim, a globalização coloniza nossos corações, emoções e cabeças, por mais radical que isto possa parecer. A globalização tende a homogenizar a grande diversidade humana e suas culturas. Na exploração e uso de recursos ela não respeita os complexos sistemas naturais essenciais à integridade do planeta, à grande diversidade de formas de vida. A globalização que vivemos é a exacerbação da civilização antropocêntrica, industrial-produtivista-consumista do capitalismo (Grzybowski, 2010a).

Não fui convidado para falar sobre a globalização e dos desafios que temos como humanidade diante dela. Mas como analisar as novas TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação –, gestadas no processo globalização, sem falar de seu motor fundante e uma das áreas de negócios mais densa? Sim, a comunicação, a informação e a cultura, para a globalização capitalista, são negócios, campo para fazer dinheiro do “imaterial”, dos conhecimentos, das nossas emoções, dos sonhos e da necessidade humana de trocar e compartilhar saberes para viver. Não sabemos viver sós. Por isto inventamos a linguagem – parte de nossa identidade –, as formas de comunicação e a cultura. Mas tal espaço do humano virou área fundamental de negócios e acumulação nos dias de hoje.

A globalização usa e abusa das TICs, como sua infraestrutura de negócios e de dominação. É isto que precisamos ter como pano de fundo do mundo em que vivemos e nos movemos. Aliás, não seria possível ter negócios tão globais sem as TICs. Elas são fundamentais para a gestão e o controle de finanças. Não esqueçamos nunca que o mundo se tornou um “cassino global”, com uma economia mais de especulação e de aposta do que de produção de bens e serviços. Afinal, o capital financeiro é 10 vezes maior do que o PIB mundial, estando hoje em torno a 700 trilhões de dólares. Um cassino

de tal tamanho produziu a maior crise do sistema capitalista neste início do século XXI. Mover dinheiro daqui para lá e da lá para cá, num piscar de olhos, não dá para fazer pelas caravelas da conquista e colonização, que inventaram a nascente expansão capitalista. Nem bastam os aviões a jato ou os recentes “drones”, que circulam no nosso céu. Precisa-se de computadores em rede e das tais “nuvens digitais”, de Internet e sistema de satélites, de celulares que nos conectam a tudo e abrem nossa privacidade a tudo, sem falar da capacidade de espionagem através de poderosos softwares. E, em última análise, o sistema de negócios transforma pequenas ilhas, localizadas estrategicamente perto de grandes centros financeiras (Wall Street, London, etc), em paraísos fiscais, onde ficam as lavadoras eletrônicas de valores que circulam aos bilhões através de um simples toque digital.

O que mais importa, porém, é não perder o sentido histórico disto tudo. Estamos diante de criações humanas e, portanto, diante de algo intrinsecamente contraditório, assentado em relações em movimento histórico, pela dialética interior de suas diferenças e oposições. Ou seja, a globalização não é o fim da história e “outros mundos são possíveis”. O que parece impossível hoje, pode tornar-se possível amanhã. Olhando as TICs e o mundo da comunicação que temos diante de nós, devemos explorar exatamente suas contraditórias possibilidades, buscando através delas próprias criar condições de mudança.

Sou dirigente de uma organização de cidadania ativa, o Ibase, e ativista na emergência de movimentos cidadãos de dimensões planetários, inspirado no Fórum Social Mundial. Vendo deste lugar, no enfrentamento da globalização, considero as TICs, a comunicação, os conhecimentos e a cultura como bens comuns a serem resgatados do domínio dos negócios privados do capitalismo e transformados em bases comuns de um mundo do “bem viver”, de justiça social e ambiental, sem discriminações e desigualdades, de sustentabilidade da vida humana, de todas as formas de vida e do próprio planeta, através da nossa participação e ação como cidadãos e cidadãos do mundo.

Diária e sistematicamente, somos invadidos por informações, imagens, notícias, canções e filmes do enorme sistema de comunicação que cobre o mundo. Ao mesmo tempo, com a inclusão digital pelo acesso às novas tecnologias de comunicação, podemos ser ativos comunicadores e consumidores de mensagens, informações e conhecimentos, textos, imagens, participando de redes sociais cada vez mais amplas,

ficando conectados ao mundo. Hoje, com as TICs, experimentamos não só a contemporaneidade do que acontece, mas podemos ter a sensação de acompanhar ao vivo o acontecer, sem sair de onde estamos. É a partir destes elementos que desejo compartilhar com vocês algumas análises, reflexões e propostas sobre as TICs e a educação.

2. A contraditória revolução das TICs

Meu olhar sobre as TICs é de sociólogo que procura saber, sobretudo, o que elas representam para a sociedade, como influem no nosso viver em coletividade, tanto as possibilidades que criam como os novos desafios que carregam. Minhas linhas de reflexão, neste sentido, têm a ver mais com a informação e a comunicação do que com a tecnologia em si. Qual a relação entre TICs e democracia? O acesso ao direito civil e político de informação, sem exclusões e discriminações, fica garantido? E o direito à comunicação é ampliado? Com as TICs, como ficam a língua e a cultura, centrais na própria identidade social? O que ganhamos na produção e compartilhamento dos conhecimentos? O que significam exclusão e inclusão digital para a emancipação social? Nunca é demais lembrar que a busca de emancipação social continua gerando resistências, emergências e insurgências pelo mundo, como os “indignados”, os occupy, a Primavera Árabe, o nosso “estouro de cidadania” de junho de 2013, os povos originários em defesa de seus territórios.

Sou, definitivamente, um “migrante” nas novas tecnologias. Para os “nativos” é muito mais fácil. Mas, como “migrante” me defronto com a questão das TICs há muito tempo. Ainda em meados dos 80 do século passado, com a Rodada Uruguaia do GATT sobre negociações comerciais, que redundaram na criação da OMC – Organização Mundial do Comércio, em 1994, como um dos pilares da globalização neoliberal, deu-se minha iniciação na militância de caráter mais planetário. Criamos uma rede mundial que se opunha à entrada da agricultura nas regras do GATT e estivemos frontalmente contra transformar os direitos de propriedade intelectual em algo a ser regulado por regras comerciais. Perdemos as duas. No processo de negociações e pressões junto aos negociadores compreendi que estava diante de um capitalismo renovado, que passava da produção bruta para o “imaterial”. As novas tecnologias abriam negócios de propriedade intelectual, dos transgênicos e medicamentos às criações culturais. Era disto que tratavam os negociadores das grandes empresas por trás dos diplomatas.

Foi no Ibase que me tornei um incluído digital, mesmo “migrante”. O Ibase nasceu com uma obsessão: democratizar a informação para democratizar a sociedade. O Ibase introduziu o microcomputador na luta por emancipação social, com o Carlos Afonso regressando do exílio com o Betinho, após a anistia, com um computador na bagagem. Aliás, anistiados, eles continuaram a subverter a “ordem dominante”. Em 1988, Carlos Afonso cria o Alternex, operacional para organizações e movimentos sociais do Brasil e América Latina a partir de 1989. O Alternex foi o primeiro provedor de acesso civil à Internet em toda a América Latina, fora das universidades e governos. Eu me defrontei com a tecnologia ao renunciar ao mundo acadêmico e ingressar no Ibase para ser diretor, a convite do amigo e companheiro Betinho, em março de 1990. Mas, passados 24 anos de uma veloz evolução tecnológica na informação e comunicação, sou ainda um “migrante” na sociedade digital. A experiência política mais ousada e radical que vivi sobre as TICs foi embarcar na onda do “Fórum do Software Livre”, criado no interior do Fórum Social Mundial, como frente de luta contra a globalização.

2.1. Potencialidades das TICs

Antes de tudo, importa ver as TICs como definidoras de uma mudança de tempo histórico nas comunicações, talvez comparável à invenção de Gutemberg para a impressão escrita. Sem dúvida, tivemos o telégrafo, o telefone, o rádio e a televisão depois disto, para lembrar marcos importantes. Todas formas de comunicação fundamentais até hoje. A novidade das novas TICs é revolucionar e, num certo sentido, universalizar estas formas de comunicação. Basta lembrar aqui o telefone celular ou o microcomputador, que além de acessíveis a amplas camadas da população no mundo inteiro podem conter todas as formas de comunicação num único aparelho.

Vocês, tenho certeza, conhecem melhor do que eu tudo o que é possível com as novas TICs. Limito-me, por isto, a assinalar alguns aspectos da mudança de patamar do acesso à informação que elas representam. Em primeiro lugar o volume e a democratização bruta da informação em si. Como assinalou Hobsbawn (1994), um dos aspectos de mudança histórica que precisamos considerar na análise social é o aumento exponencial do acesso às informações e aos conhecimentos pelas novas gerações. Um adolescente de hoje tem milhares de vezes mais informações que um sábio de duas ou três gerações anteriores. Na verdade, nem tem comparação. Pelo volume de informações e conhecimentos, sem considerar o aspecto decisivo do tempo histórico, nossos

adolescentes poderiam ser considerados sábios. O problema é que para ser sabedoria necessita ser organizada e interpretada com ajuda de recursos teóricos e metodológicos, que as TICs não dão. Além disto, dada a “aceleração histórica” - esta sim contando com a contribuição das tecnologias - acumular informações é necessário para viver, mas pode ser pouco ou nada para entender o mundo de hoje, “revolucionado” pelas TICs. O fato é que hoje, de quase qualquer lugar do planeta, a gente pode ter acesso a informações que vão de notícias diárias, passando por museus e filmes famosos, saber de condições meteorológicas, baixar mapas de localização, fazer reuniões por Skype, mandar e receber informações sobre familiares e amigos, enviar e receber textos e muito mais.

Um aspecto fundamental a assinalar é a possibilidade da horizontalidade nas comunicações e trocas de informações que as novas tecnologias permitem. Isto pode ser - insisto não pode ser - radicalmente democrático. Até aqui as comunicações sempre tenderam a ser unidirecionais, especialmente em se tratando de jornais, revistas, livros, rádio, televisão e filmes. Nelas há emissores e receptores, emissores centralizados e receptores pulverizados. As novas tecnologias permitem uma radical interatividade, saindo da posição passiva de receptor a uma posição ativa de interlocutor.

De um ponto de vista sociológico, cabe destacar a conectividade e simultaneidade dadas pelas novas TICs. Estar aqui, num território definido, e estar conectado, participando de algum modo no que se passa com outros e outras, em diferentes lugares que o nosso, muda a própria perspectiva de olhar o mundo. Passa a ser possível existirem movimentos planetários de cidadania, por exemplo. Mais, o sentido de sermos parte de uma única humanidade deixa de ser um conceito abstrato de filósofos e passa a ser uma experiência real. Uma guerra como a de Israel e Palestina, ou a epidemia do ébola, ou ainda os esforços desesperados de migrantes em busca de novas chances em outro lugar no mundo, até as insurgências de indígenas contra grandes obras em seus territórios, o tsunami no Japão, tudo enfim parece estar nos atingindo também. Nestas contradições emerge um positivo senso comum de humanidade, única e diversa, e de destino compartilhado. “Ligar-se”, poder estar conectado de qualquer parte, muda radicalmente a perspectiva. Aí, importa destacar, o crescente e fundamental papel das redes sociais como espaços de compartilhamento de informações e constituição, pela via virtual, de sujeitos coletivos, talvez sem identidade social definida, mas com capacidade de articulação e incidência na cultura e na política.

Tudo isto é facilitado pela revolução nos próprios aparatos de informação e comunicação. Tudo se simplificou e se tornou acessível a muito mais gente. Hoje, nos movemos com os aparatos de comunicação cada vez mais potentes, mais compactos e até mais leves, que até crianças podem carregar. Podemos produzir e receber textos, vozes e imagens quase de qualquer lugar, em qualquer hora do dia. Podemos programar o que comunicamos, gerenciar o que nos enviam e pesquisar o que queremos. As novas TICs nos dão um sentido de liberdade e emancipação social, que podem não ser reais, como veremos a seguir, mas trazem elementos fundamentais para o modo de viver e a participação política.

2.2. Um “bem comum” sob ameaça dos negócios

As novas TICs nasceram no interior das contradições do mesmo sistema que gestou a globalização. Elas carregam a possibilidade de ser um grande salto tecnológico para facilitar a conexão e o livre intercâmbio entre as pessoas, fortalecendo o sentido de identidade social e de pertencimento a grupos e comunidades, bem como a produção compartilhada de informações, conhecimentos e saberes, a participação cidadã e a democracia. Na prática, porém, as TICs são capturadas, privatizadas e mercantilizadas pelo sistema. Isto vale não só para os produtos físicos de suporte, como celulares, smartphones, câmaras e televisões digitais, microcomputadores, laptops, tablets, etc., mas é especialmente verdadeiro no software e nas próprias informações, imagens e conhecimentos que circulam através das TICs.

Esta é uma situação nova, onde produtos “imateriais” viram mercadorias e são uma grande frente de negócios. Para isto, garantir o direito à propriedade intelectual do sistema facilitador e do que é comunicado torna-se condição indispensável. A propriedade intelectual tanto busca tornar privado o que nasceu público e para todos (as novas TICs), como transforma as informações e os conhecimentos em bens raros – cria-se a escassez pela pelos direitos de propriedade –, exatamente bens produzidos “imateriais” que podem ser, por definição e possibilidade da nova tecnologia, muito abundantes e em permanente crescimento. Tudo isto para que o proprietário intelectual possa cobrar pelo acesso e acumular, ou melhor, extorquir valor de cidadãos e cidadãs na posição de “consumidores” conectados. Está aí a origem das novas corporações multinacionais gigantes, como Microsoft, Apple, Google, Facebook. Tal processo fortalece também um pequeno grupo de multinacionais telefônicas como provedores dos serviços

de acesso e os grandes grupos privados de comunicação da TV paga, concentrados nos países desenvolvidos e hegemônicos.

Nunca a humanidade esteve tão ameaçada pela homogeneização cultural como agora, com as novas TICs. Música, filmes, documentários, noticiários, “versões” sobre fatos e acontecimentos no mundo e valores a partir de uma perspectiva centrada nos países capitalistas desenvolvidos e em inglês, tudo isto tende a ser uma invasão de nossas mentes e corações no dia a dia de bilhões de seres humanos, em diferentes situações e culturas do nosso planeta. Estamos submetidos a uma programação que, literalmente, procura fazer nossas cabeças. Isto acontece mesmo quando aparentemente exercemos nosso direito de escolher, zapeando na Net ou pesquisando pelo Google ou, ainda, compartilhando e seguindo pelo Facebook.

Pior do que isto é nosso “perfil” de usuários das TICs virar também mercadoria de troca, algo a ser vendido, sem a gente saber. Afinal é isto que alimenta invisivelmente os lucros bilionários da Facebook, por exemplo. Mas tem algo pior ainda: todos estamos sob ameaça de estarmos sendo vigiados, sem saber, é claro. A denúncia de Edward Snowden sobre NSA, dos EUA, mostrou como isto é possível e o alcance quase ilimitado do que pode ser controlado. Diante de tudo isto não dá para duvidar de algo parecido a cibercolonização (Pouzin, 2014) em grande escala nos dias de hoje.

Em reação às ameaças reais que sofrem as TICs muitas iniciativas pipocam. Lembro aqui, antes de mais nada, a grande luta pelo Marco Civil da Internet no Brasil. A lei foi aprovada em abril deste ano após três anos de tramitação no Congresso, enfrentando poderosos interesses, especialmente das teles privadas provedoras do acesso e dos grandes “donos” da mídia. A lei, no final, “...aponta claramente para o tratamento da comunicação como um direito fundamental e não apenas como mercadoria” (Barbosa & Ekman, 2014).

Uma outra frente de luta pela manutenção das TICs o máximo possível como bem comum universal é a do “software livre”. O software é o coração e cérebro das TICs. Amparado pela propriedade intelectual se tornou um negócio estratégico. A luta por “software livre” teve um papel revolucionário nas últimas décadas porque se constituiu com base no princípio de que o conhecimento deve ser livre. Trata-se da defesa de um bem comum digital, que está no centro da criação digital, científica e cultural. Desta luta

derivam a “copyleft ou licença livre” contra o “copyright”. Na esteira surgem também os “creative commons”. O movimento do “software livre” encontrou forte eco no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, ainda no começo, em 2001. Mas é um movimento de resistência ao “software proprietário” desde 1984, quando foi lançado pelo especialista em informática Richard Stallman, do MIT, Boston. O movimento continua forte, mas hoje se vê capturado por corporações que viram nesta iniciativa de alcance mundial, colaborativa e aberta, como produtora de soluções baratas para os problemas tecnológicos de seus negócios (Broca, 2014). A luta continua, enfim.

2.3. Podem as TICs Contribuir para a Democratização e a emancipação sociocultural?

A resposta a tal pergunta é simples: sim, as TICs não só podem servir como podem potencializar a luta por democracia substantiva, participativa e transformadora, fundada em direitos e promotora da justiça social e ambiental e da sustentabilidade da vida e do planeta. As TICs se gestaram e se reproduzem no turbilhão das contradições que movem a história humana. Como tecnologia de nosso tempo, elas podem e estão de fato impulsionando a globalização capitalista, levando ao extremo as suas mazelas como modelo civilizatório. Mas as insurgências e emergências cidadãs pelo mundo tem demonstrado capacidade em usar as novas TICs como uma base tecnológica possível para a transformação democrática da globalização e a construção de “outros mundos possíveis”, em direção a outros paradigmas civilizatórios, de cuidado, convívio social e compartilhamento.

A constituição do Fórum Social Mundial (FSM) e a sua rápida expansão, surpreendendo o mundo, não teria sido possível sem a Internet. Afinal, o FSM nasceu contra o pensamento e a visão do Fórum Econômico Mundial, de Davos, e contra o processo da globalização neoliberal por ele impulsionado. O Fórum de Davos se apresentava como o espaço de construção de consensos entre os executivos de grandes conglomerados econômicos e financeiros, da grande mídia, dos governos dominantes e da elite a seu serviço. O FSM emerge no auge triunfante da globalização neoliberal. Nenhuma das grandes redes de comunicação, no Brasil e fora, estava ao lado dos e das que ousaram contestar a ordem hegemônica estabelecida. Mas o uso da Internet pelo pequeno comitê organizador brasileiro do FSM permitiu conectar e mobilizar ativistas do mundo inteiro, num das primeiras grandes redes sociais da atualidade. As barreiras da

mídia dominante haviam sido contornadas. Mas longe de mim dizer que isto só foi suficiente para que o FSM criasse raízes. Como fazer um diálogo horizontal, sem protagonismos, respeitando a diversidade social e cultural que carregamos? Como “traduzir” a cacofonia vibrante, não só de línguas e palavras, mas sobretudo de conceitos políticos, vivências de lutas e culturas, da emergente cidadania planetária? Uma nova cultura política de cidadania e democracia se tornou possibilidade, mas muito caminho precisa ser andado. As pedagogias políticas de mobilização e ativismo cidadão precisam ser revisitadas e responder a novos desafios. A Internet serviu para juntar, mas não resolveu como formar movimentos de cidadania planetária. O FSM tornou-se uma barulhenta e confusa “usina de ideias”, mas ainda não deu conta dos novos e prementes desafios de mudança de paradigmas civilizatórios (Grzybowski, 2010b; 2011).

Muitos outros exemplos poderiam ser destacados. Lembro aqui três outros mais. Primeiro o da “Primavera Árabe”, não pelo que se passa neste momento nessa conflagrada região do mundo, mas pelo papel das redes sociais, propiciadas pelas novas tecnologias, na gestação e insurgência de movimentos no seio de sociedades com poderes e culturas autoritárias e excludentes. O outro exemplo que destaco é o ocorrido entre nós no “estouro da cidadania” de junho de 2013. Novamente, as redes sociais foram um meio fundamental na mobilização e na viabilização de grandes passeatas. Claro, a insatisfação vinha se nutrindo de mais tempo, por mudanças que significaram acesso de mais gente ao consumo pelas políticas sociais implementadas entre nós, mas não necessariamente a direitos de cidadania, como transporte, saúde, educação, segurança. O contexto e as datas foram dados pela Copa das Confederações. O despreparo de nossas polícias militares diante da livre manifestação da cidadania foi o combustível que faltava para uma mobilização em grande escala. Mas, indiscutivelmente, as redes sociais criaram um fato político que pegou de surpresa muita gente, em particular a própria grande mídia, ela mesmo alvo das manifestações.

O terceiro exemplo é um projeto de pesquisa “Jovens pobres e o uso das NTICs”, desenvolvido pelo Ibase junto a movimentos de juventude nas periferias e favelas do Rio de Janeiro (Ibase, 2013). O estudo mostra a variedade de formas e a criatividade no uso de novas TICs pelos jovens para se comunicar, organizar e mobilizar. O estudo parte do reconhecimento do que Manuel Castells define como “tecnossociabilidade” (Castells, 2007), mas demonstra praticamente um aspecto fundamental das novas formas de relacionamento, informação e comunicação, de mobilização cidadã: “...não se pode minimizar a convivência das novas tecnologias com diferentes espaços de

socialização, tais como família, bairro, escola, religião etc.” (Ibase, 2013, p.6). A sociabilidade se dá pela combinação de diferentes espaços. Sem dúvida, para ser, compreender e construir novas utopias, as TICs podem contribuir, mas não substituem outras formas. Para ficar na questão do ativismo social e as possibilidades de constituição de novos sujeitos coletivos, com a formação de redes e sua articulação em grandes movimentos de emancipação cidadã, o uso de novas tecnologias potencializa, mas não exclui um conjunto de outras condições essenciais do cotidiano e da vida, bem como o contexto específico e a sociedade envolvente.

Enfim, as TICs são parte da disputa e elas mesmas, muitas vezes, causa das próprias disputas sociais. Entre nós aqui no Brasil, como já lembrei, temos a questão recente do Marco Civil da Internet, questão técnica, mas sobretudo de cidadania e de democracia. Mas em nada ou quase nada avançamos no sentido de democratização da mídia. Temos um pequeno grupo de pouquíssimas famílias que controlam virtualmente o essencial da grande mídia brasileira. Existe, sem dúvida, uma mídia quase invisível composta por grande diversidade de pequenos meios locais, sobretudo em termos de jornais e revistas, panfletos, boletins, isto no campo popular e democrático. As rádios são concessões públicas para construir alianças políticas, tornando-se base até de corrupção. Rádios e TVs comunitárias até temos e cumprem um importante papel nas comunidades. Poderiam ser mais e significar muito para a comunicação que conta, mas sofrem pela falta de apoio e até pela repressão oficial. Enfim, pouco a festejar no campo da mídia mais tradicional, nossa de cada dia.

Os interesses das seis grandes famílias da mídia no Brasil, como proprietárias de negócios, se sobrepõem ao próprio direito civil e político de liberdade de informação e comunicação, condicionando-o até ao faturamento e acumulação privada. A bem da verdade, estamos diante de uma tal concentração onde uma única família, dona do complexo Globo, sozinha detém 75% do faturamento do conjunto, formando um grande aparato tecnológico e comercial de comunicação. Sua única vantagem é ser uma grande organização de mídia em língua portuguesa. No mundo globalizado e interdependente de hoje, nosso cotidiano e nossas casas são invadidos por uma comunicação essencialmente dominada por grandes empresas de comunicação e produção cultural norte americanas, em inglês, a serviço do “American way of life”, sua visão de mundo, valores e ideologia dominante.

Assim, a resistência possível da cidadania pelo mundo, em termos de informação e comunicação, é no uso criativo das novas TICs. O novo desafio que temos não é só inclusão nelas e o domínio técnico delas. A questão central é inventar a cultura política cidadã, de construção de imaginários democráticos transformadores, de mobilização e participação social através de tais tecnologias, com impacto nas estruturas de poder e nas economias.

3. As TICs e a Educação

Muito do que as TICs oferecem pode ser útil na educação. Porém, não nos iludamos, por melhores que sejam, as novas tecnologias não tem o poder de mudar a educação. Elas não são uma solução milagrosa para os limites, as deficiências e as mazelas das concepções, práticas pedagógicas e qualidade da educação oferecida pela nosso sistema escolar. São a educação e o próprio sistema escolar que têm que mudar para poder tirar o melhor partido das novas tecnologias.

Meu ponto de partida nesta análise e na reflexão que ela alimenta é a educação como direito básico de cidadania. Limito-me, portanto, à educação que como sociedade oferecemos através das escolas a nossas crianças, adolescentes e jovens. E aí surge a primeira grande constatação: no Brasil, apesar da democracia que conquistamos, temos um sistema institucional de educação que reproduz e fortalece desigualdades sociais existentes na sociedade. Temos avançado, sem dúvida, mas não na proporção que o desafio exige. Não conseguimos ainda equalizar as desigualdades sociais de berço. Uma espécie de gigantesca e nem bem camuflada Casa Grande e Senzala está implantada no coração da sociedade e produz filhas e filhos desiguais, com certidão de nascimento de desigualdade. As políticas públicas, o sistema educacional e a prática educativa não conseguem garantir uma educação de qualidade para equalizar a desigualdade trazida pelas crianças, que chega e se reproduz através da escola. Deixo esta questão como um necessário pano de fundo, pois não é meu objetivo aqui aprofundar uma análise política do nosso sistema educacional.

Não temos ainda a escola cidadã universal, republicana e democrática, baseada no princípio de garantir direito igual de educação, com valorização da diversidade, potencializadora da criatividade e de acesso de todas e todos ao bem comum que é o conhecimento. Isto não me parece ser apenas e nem principalmente um problema de

tecnologias utilizadas na educação. Estamos diante de estruturas sociais e relações de poder que engessam a escola e limitam suas possibilidades. Mas, como em toda situação cheia de contradições, também na escola que temos o impossível pode se tornar possível e ela pode virar espaço de prática da liberdade, de aprendizado emancipador, de criação e compartilhamento de conhecimentos. Ousar é preciso!

3.1. Alguns princípios orientadores no debate sobre educação e TICs

Sou parte das gerações profundamente influenciadas por Paulo Freire e sua proposta de “Educação como prática da liberdade” (Freire, 1967). Ainda estudante, com minha namorada e hoje esposa, Lourdes Maria, durante um ano, já no início da ditadura militar e com Paulo Freire no exílio, fui animador de um grupo de alfabetização de adultos na periferia da pequena Ijuí, RS. Foi uma experiência que me marca até hoje. Sinto que minha própria libertação se concretizou aí, naquelas noites de intenso diálogo e troca com mulheres e homens simples, lutando com as letras e as palavras para ter lugar na sociedade que os excluía.

Talvez o fundamental no processo educacional, como condição do aprendizado, seja o diálogo. É num ambiente de troca ativa que se dá o aprendizado. O conhecimento e mais amplamente o saber a gente não os apropria e estoca, a gente se incorpora a eles, participa deles, comunga deles, como bens comuns “imateriais”. A relação pedagógica é uma relação de socialização, um convite a ser parte e cooperar com a coletividade. O ato de aprender conhecimentos é resultante do entrar no jogo, decorre do ato de se inserir e entender as regras, os segredos, as lógicas e as emoções que guardam os conhecimentos como criação da humanidade. A escola é ou deveria ser uma iniciação para usufruir e ser ativo participante do mundo da criação humana. Como nos lembra novamente Paulo Freire, a escola não é um banco de conhecimentos a serem distribuídos para crianças, adolescentes e jovens. Pelo contrário, é o espaço de descobertas e de encantamentos, de se sentir parte destes conhecimentos como invenções humanas para viver plenamente (Freire, 1987). Condição para isto é as escolas estarem coladas à vida.

Penso que vale lembrar aqui o que Rubem Alves escreveu sobre o aprendizado da linguagem pelas crianças, na informalidade do viver, sem ordem, no convívio com mãe e pai, irmãs e irmãos, avós, tios, vizinhos. Creio que todos concordamos que não há

coisa mais maravilhosa, plenamente invenção humana e bem comum fundamental para se viver, mas extremamente complexo como a linguagem. No entanto, todas as crianças aprendem. Porque "...a aprendizagem da linguagem ... vai acontecendo seguindo a experiência vital da criança: o falar vai colado à experiência que está acontecendo no presente. Somente aquilo que é vital é aprendido." (Alves, 2001). Mas na escola, como é difícil aprender uma língua! Enfim, "O conhecimento é uma árvore que cresce da vida" (Alves, 2001). E vida, não é só racionalidade fria, só tecnologia. Vida é emoção, é encantamento, é descoberta, é sentir-se parte, é ser e estar em coletividade, é sentir-se com direitos e ver os mesmos direitos nos demais, é trocar com a natureza, é depender de sol e chuva, de água e ar, de frutas, legumes, grãos e carnes, enfim, é sentir e nem sempre entender que somos parte do planeta Terra, com vida humana e grande multiplicidade de formas de vida, tudo em relação com incríveis sistemas ecológicos.

Lembro alguns princípios éticos que defendo como guias para um novo horizonte civilizatório. Penso que eles valem para o sistema educacional. Afinal, ele é um aparato intrínseco e indispensável da civilização industrial-produtivista-consumista, com sua racionalidade destrutiva do humano, do bem viver, da natureza. Para mudar, também o sistema educacional e a prática na escola devem incorporar princípios e valores éticos que tenham no centro as relações da humanidade com a natureza e sua rica biodiversidade e as relações da humanidade com a sua própria diversidade social e cultural. Os princípios e valores são a infraestrutura dos ideais e do imaginário social mais amplo, mas deveriam, ao meu ver, ser centrais para transformar as concepções e as práticas educativas. Elenco-os somente (Grzybowski, 2011):

- Ética da integridade da vida e do planeta;
- Ética do cuidado, do convívio e do compartilhamento;
- Ética dos "comuns";
- Ética da justiça social, ambiental e ecológica;
- Ética dos direitos e responsabilidades humanas;
- Ética da igualdade, do respeito à diversidade e da individualidade;
- Ética da democracia e da paz.

Entrando no espaço da escola, onde finalmente a coisa acontece, é fundamental desmontar os tais currículos bibliotecários, as verdadeiras “Linhas de montagem” (Alves, 2001) que, através de disciplinas, com turmas e classes de uma hora, com professores “especialistas”, se tenta ensinar um conhecimento acumulado e distribuído com auxílio de livros didáticos. Como nos lembra Edgar Morin, o modelo de ensino é que está errado, com sua artificialidade racional, descolado da vida. “As disciplinas fechadas impedem a compreensão dos problemas do mundo. (...) Todos os conhecimentos são interligados. A escola não ensina o que é o conhecimento...” (Morin, 2014).

Volto a Rubem Alves e o que ele escreveu a partir do que viu na visita à Escola Ponte e sua reflexão sobre a experiência. Na minha visão, sem nunca ter estado lá e sem conhecer realmente análises sobre tal experiência, as questões levantadas por Alves são como um roteiro de princípios de uma pedagogia libertadora, de emancipação social e participação cidadã a ser praticada em nossas escolas, para a socialização de nossas crianças, adolescentes e jovens (Alves, 2001). Faço só um elenco de princípios que, espero, instiguem pedagogos a fazer melhor que um filósofo por paixão e sociólogo por prática:

- Aprender a escrita (e a leitura) “...serve para dizer a vida que cada um vive”. Por isto, é fundamental aprender “...palavras inteiras, pois somente palavras inteiras fazem sentido”.
- “A aprendizagem e o ensino são um empreendimento comunitário, uma expressão de solidariedade. Mais que aprender saberes, as crianças estão a aprender valores. A ética perpassa silenciosamente, sem explicações...”
- Crianças, adolescentes e jovens interagindo e se ajudando mutuamente. A escola como “... uma rede de relações de ajuda”.
- “...conhecimento crescendo a partir das experiências vividas...”
- “A inteligência é essencialmente prática. Está a serviço da vida. (...) Um saber ... torna possível viver”.
- Necessitamos de ... “Uma escola que compreenda como os saberes são gerados e nascem. Uma escola em que o saber vá nascendo das perguntas que o corpo faz. Uma escola em que o ponto de referência não

seja o programa oficial a ser cumprido (inutilmente!), mas o corpo da criança que vive, admira, se encanta, se espanta, pergunta, enfia o dedo, prova com a boca, erra, se machuca, brinca. Uma escola que seja iluminada pelo brilho dos inícios.”

- “A vida é o único programa que merece ser seguido.”
- Nunca esquecer que especialmente crianças têm “... a capacidade de se assombrar diante do banal”.
- “Todos partilhamos de um mesmo mundo. (...) Todos se ajudam. Não há competição. Há cooperação.”
- A vida social depende de que cada um abra mão da sua vontade naquilo em que ela se choca com a vontade coletiva. E assim vão as crianças [adolescentes e jovens] aprendendo as regras da convivência democrática, sem que elas constem de um programa”.

Mas, então, o que cabe fazer? Qual o papel do professor? Aqui lembro Edgar Morin. Segundo ele, o professor deve funcionar como um facilitador, “... o regente de uma orquestra, observar o fluxo desses conhecimentos e elucidar as dúvidas. (...) É preciso desenvolver o senso crítico dos alunos. (...) O modelo de educação, sobretudo, não pode ignorar a curiosidade das crianças. (...) Todo conhecimento é uma tradução, que é seguida de uma reconstrução, e ambos os processos oferecem risco de erro. (...) Ensinamos apenas o aluno a ser um indivíduo adaptado à sociedade, mas ele também precisa se adaptar aos fatos e a si mesmo. (...) É preciso estabelecer um jogo dialético entre razão e emoção.” (Morin, 2014)

Em minha reflexão de militante, estamos aqui diante de uma agenda de transformação da prática educativa, que supõe novas concepções, nova pedagogia e, sobretudo, uma radical mudança no sistema educacional. Minha motivação é uma escola para a emancipação social, uma escola de aprendizagem da cidadania, de sujeitos conscientes de seus direitos e responsabilidades, ativos membros da coletividade. Ao mesmo tempo, uma escola em que nossas crianças, adolescentes e jovens passem a entender, usufruir, participar e contribuir para o “comum” dos conhecimentos, da ciência e da técnica, dos valores, identidades e criações culturais. A seu modo, todos os seres

humanos carregam potencialidades que podem enriquecer a humanidade. Estão nossas escolas contribuindo para fazer tais potencialidades virarem realidade?

3.2. As TICs e a educação

Volto ao meu ponto de origem. Hoje em dia, o sistema educacional está diante de gerações de “nativos” nas TICs. Mesmo as crianças, os e as adolescentes e jovens que vivem em ambientes de pobreza e exclusão social de algum modo vivenciam as novas tecnologias no seu cotidiano, nem que seja a experiência da falta que elas lhes fazem. Os alunos de hoje nasceram no mundo tomado pelas novas tecnologias de informação e comunicação. É sua experiência vital. Não reconhecer isto e não incorporar as TICs no cotidiano da escola é como negar a experiência de vida dos alunos.

O celular, os jogos eletrônicos, o enviar e receber mensagens, produzir e compartilhar imagens, e o acesso à televisão são praticamente universais no Brasil. O computador e o acesso à Internet ainda não estão em todas as casas, mas existem pequenos centros populares de oferta dos serviços. O que isto significa, afinal? Sem dúvida familiaridade com a tecnologia, facilidade em manipulá-la, sem trauma de estar fazendo algo errado, coisa que “migrantes” muitas vezes temem. Mas, também, significa estar de algum modo invadido por um grande volume de informações, mensagens, imagens. Mais, dado o negócio que está imbricado nestes meios de informação e comunicação, o próprio conteúdo que circula passa a ser uma questão fundamental. São modos de vida, gostos e estilos de consumo, jeitos de se vestir, condutas, valores e visões de mundo que se constroem via esta facilidade e abundância de comunicação. Isto também faz parte da experiência de vida dos alunos.

Cabe à escola lidar com tal realidade. Não é informação que falta aos alunos de hoje. Eles precisam de métodos e de critérios para extrair o melhor de tais tecnologias. Falta-lhes também orientação e senso crítico, apoio amigável e confiável, para mover-se e encontrar o sentido de ser e viver neste mundo, descobrir a sua individualidade na coletividade, o seu caminho numa cultura de sons, imagens, textos e mensagens digitais invasivas e, até, alienadoras.

O problema começa no fato que muitas escolas nem estão equipadas tecnicamente para enfrentar os desafios pedagógicos daí decorrentes. As escolas e professora(e)s não estão à altura da experiência dos alunos em muitas situações, esta é a triste realidade. Como valorizar a experiência cultural de alunos e tornar as escolas um lugar agradável

de encontro, compartilhamento e aprendizagem? Como recriar a comunidade escolar do buscar e do descobrir juntos com tanta informação disponível? Como podem os alunos sentir-se parte ativa no mundo do conhecimento humano, ficarem curiosos diante da incrível história de descobertas e invenções? Como criar um ambiente escolar que estimule a imaginação e a emoção com as palavras (poesia e ficção), com sons (do popular ao clássico), com imagens (pintura, filme, desenho animado), se isto tudo já está dado no cotidiano de crianças, adolescentes e jovens?

Para simplificar, diria que a questão central em termos de TICs nas escolas e seu uso para potencializar a educação está na disponibilidade de microcomputadores e, especialmente, a possibilidade de acesso pelos alunos e professores à Internet. Usar a rede na escola é, de longe, a principal das TICs como recurso pedagógico diante da vivência de crianças, adolescentes e jovens de hoje. A Internet pode ser o principal recurso de pesquisa pelos alunos, numa atividade que estimula a curiosidade, a busca e até o compartilhamento com colegas. Usada coletivamente, pode estimular o sentido de grupo, de trabalho em conjunto. Estamos diante de uma tecnologia de informação e comunicação que pode “libertar” dos livros didáticos e suas verdades que alunos devem decorar. Muitíssimo mais pode ser conseguido pela Internet, pesquisa que pode ser orientada pela professora ou pelo professor como obra coletiva, de grupo. Os elementos de curiosidade se aguçam e a gostosa sensação da descoberta a ser compartilhada com colegas, também. Além disto, é pela Internet que redes de trocas de conhecimentos e de diálogo podem ser expandidas quase sem limites. Ter acesso a bibliotecas, museus, centros culturais os mais distantes e aparentemente menos acessíveis; ver monumentos, cidades, montanhas vulcânicas ou tomadas pela neve em lugares que a gente não sabe se um dia terá a oportunidade de aí estar; descobrir um animal exótico e seu hábitat num território que gente não tem acesso físico; isto tudo é possível a partir de buscas pelo microcomputador via Internet. Se praticado na escola, a aula pode ser interessante e estimular o sentido de trabalho tipo “garimpo” intelectual, em equipe, sob orientação segura do(a) professor(a).

Com as novas tecnologias, as escolas podem potencializar a vontade dos alunos em produzir, eles mesmos, documentários investigativos, contar histórias com imagem e som, produzir desenhos animados e jogos. Os alunos podem ser estimulados a criar, a experimentar o como pode ser feito, a desenvolver uma ideia. Enfim, com as TICs mais facilmente é possível romper a barreira das disciplinas formais e buscar uma pedagogia integradora de conhecimentos e colada à vivência dos alunos.

Existem hoje experiência de educação à distância e universidades abertas que fazem uso extensivo das TICs. São experiências que democratizam o acesso por permitir fazer cursos a partir do local dos alunos. Claro que isto é facilitado pelo fato de tais cursos lidarem com um público já mais adulto, que busca educação complementar. Na falta da “comunidade física de alunos”, a criação de uma rede virtual de trocas e pesquisa pode atender a princípios orientadores acima. No entanto, do que conheço, penso que na educação à distância ainda se reproduz o sistema de disciplinas estanques e de trocas virtuais com professores isolados, sem integração de campos de conhecimento.

Duas questões centrais precisam ser destacadas aqui. A primeira é do software utilizado, quando as escolas estão equipadas ou nos cursos de educação à distância. Na minha visão não dá para trabalhar numa perspectiva que considera os conhecimentos como um “bem comum imaterial” ficando preso ao software proprietário. Desconheço experiências de escolas com software livre. Aliás falta política governamental neste sentido, o que é lamentável. Crianças e adolescentes podem não perceber o problema, mas governos, educadores e pais sim. A prática da liberdade não rima com a exclusão que a propriedade, no caso, significa.

A segunda questão, tão importante quanto, é a “invasão” de informações, dados, imagens a que têm acesso as crianças, adolescentes e jovens de hoje. No centro há, sem dúvida, um potencial democratizador. Mas não dá para negar também o risco contido, sobretudo para crianças e adolescentes. Existe o mais grave de redes de pedofilia, de incitação à violência, e à intolerância, seja racial, sexual ou religiosa. Tal questão não se resolve com as TICs mas com profunda reinvenção pedagógica e mudança de práticas nas escolas. Trata-se de tarefa prioritária também para pais e mães, para a comunidade em que vivem nossas crianças, adolescentes e jovens, para nós todos.

De todos modos, nunca dá para esquecer que estamos falando de relações humanas, com suas contradições, onde nada é definitivo e nem absoluto. Sempre o impossível pode ser possível, a surpresa derrotar a monotonia, a invenção superar a carência. A educação escolar é uma forma de relação humana carregada de intencionalidades, buscam-se fins explícitos. Mesmo se o sistema institucional da educação escolar seja pouco flexível, a curiosidade e emoção dos alunos podem sempre fazer a escola ser o que não foi programada institucionalmente a ser. Inventar, inventar

e inventar é a sina da boa pedagogia e da boa escola. Diante das possibilidades e limites das TICs os e as docentes são desafiados a se reinventar.

4. Considerações finais

De onde olho estas questões, como pensador e militante por “outros mundos possíveis”, qualquer reflexão sobre educação e TICs não pode estar desvinculada de cidadania – de princípios éticos da democracia tais como liberdade, igualdade, diversidade, solidariedade e participação cidadã – e nem dos desafios maiores que a humanidade deve enfrentar na busca de organização da economia/mercado e do poder/Estado para a sustentabilidade da vida e do planeta. As TICs, como qualquer tecnologia e invenção, são um campo de disputa social. Democratizá-las é um imperativo ético e, por isto, o acesso a elas, o mais amplo e includente possível combatendo a exclusão digital ainda imperante entre nós, pode ser um meio de democratizar a sociedade que temos. Elas são uma criação humana cooperativa e colaborativa, um “bem comum”. Aqui sua privatização e controle como negócio pode ser um grande problema para a instituição escolar.

Mas há um grande potencial nas novas TICs para a sustentabilidade da vida e do planeta, também importante para as escolas. A riqueza gerada em última análise pelas TICs, que são a possibilidade quase ilimitada de informação e comunicação, não é destrutiva do meio ambiente. Pelo contrário, as TICs podem aumentar a riqueza e o bem estar humano redefinindo nossa relação com a natureza. É mais e mais riqueza “imaterial”, de conhecimentos e cultura, de alegria e emoção, de beleza e arte, gerada de forma exponencial, mas sem poder ser acumulada como os bens materiais. A pegada ecológica de bens “imateriais” é dada pelos meios físicos utilizados, que proporcionalmente são poucos se comparados a carros, por exemplo, o protótipo da civilização atual, industrial-produtivista-consumista, geradora de desigualdades sociais e destruição ambiental. Como bens produzidos pela inteligência e emoção, pelo prazer de viver enfim, os “bens imateriais” não emitem CO₂ e nem se gastam. Pelo contrário, são bens que se enriquecem e aumentam quando compartilhados. Este é o horizonte das TICs na educação: serem ferramentas libertadoras, participativas e sustentáveis.

Referências bibliográficas

- Alves, R. (2001). *A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir*. 10ª ed. Campinas, São Paulo: Papyrus.
- Barbosa, B., & Ekman, P. (2014). Marco Civil da Internet: Brasil aprova uma das leis mais avançadas do mundo para o setor. *PolITICs*, 17, 32 – 40, 2014.
- Broca, S. (2014). O estranho destino do software livre. *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo: Palavra Livre, 38, 36-37, 2008.
- Castells, M. (2007). *Comunicación móvil y sociedad. Una perspectiva global*, Editorial: Ariel Fundación Telefónica.
- Freire, P. (1967). *Educação como prática de liberdade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro; Paz e Terra.
- Grzybowski, C. (2010a). Cidadania, Controle Social das CT&I e Democratização. *Parcerias/Estratégico*: Brasília, 15(31), 193 – 215, julho/dez de 2010a.
- Grzybowski, C. (2010b). Fórum Social Mundial, a construção de um outro mundo possível. *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, 44, 66 – 75, jan 2010b.
- Grzybowski, C. (2011). *Caminhos e descaminhos para a biocivilização*. Rio de Janeiro: Ibase.
- Hobsbown, E. (1994). *Era dos extremos - o breve século, 1914 – 1991*. São Paulo, Companhia das Letras. Tradução de Marcos Santarrita, 2ª edição 33ª reimpressão.
- Ibase. (2013). *Comunicação e Juventudes em Movimento: Novas tecnologias, territórios e desigualdades*. Rio de Janeiro: Ibase.
- Morin, E. (2014). *Entrevista a Andrea Rangel*. O Globo. Rio de Janeiro, 17 de agosto, pp. 50.
- Pouzin, L. (2014). Governança da Internet: e agora?. *PolITICs*. Rio de Janeiro: Nupef, 17, 2 - 6.